

# Crença e preconceito

Gislainne Magalhães de Sá

**Resumo** No texto, o tema da adoção é considerado uma zona de preconceito. Foi possível concluir que, quando a riqueza de singularidades que envolve as relações é ignorada, corremos o risco de encontrar dificuldades, sejam elas com crianças adotivas ou com crianças geradas pelos próprios pais. Finalmente, nota-se que os problemas em casos de adoção, quando existem, só serão passíveis de serem elucidados fora da zona de preconceito.

**Palavras-chave** adoção; preconceito; crença; representação.

**Gislainne Magalhães de Sá** é psicóloga, mestre em psicologia clínica pela PUCSP, membro do CETEC (Centro de Estudos da Teoria dos Campos).

O sentido de um conceito teórico está dado, em grande parte, por sua produção: a teoria significa o processo que a cria e a utilização que se lhe dá. [Fabio Herrmann]

Tomando a psicanálise como método de investigação e a Teoria dos Campos como instrumento, analiso a experiência de adoção pondo em relevo que situações diferentes dos padrões sociais e culturais estabelecidos exigem grande esforço para poderem ser aceitas tal qual se apresentam, precisando, muitas vezes, sofrer uma espécie de enquadramento às regras tradicionais. Essa parece ser a condição dada às diversidades individuais quando o campo do preconceito se instala.

O tema da adoção evoca o desamparo e nos remete ao abandono, sentimentos difíceis de tolerar. Quem sabe, este seja um dos motivos pelos quais haja grande disposição em *ajeitar* as situações ditas *conflitivas em adoção*. Fala-se, à exaustão, em situações nas quais a adoção aparece como um acontecimento especialmente carregado de dificuldades. Entretanto, toda sorte de conflitos pode afetar o ser humano, levar a desajustes que não são maiores nem diferentes daqueles encontrados em crianças geradas pelos próprios pais. Conforme pude observar, as adoções tidas como *problemáticas* são cercadas por episódios nos quais a criança é vista como alguém que vem de fora, *alienígena* em relação à família, como alguém sem dono, de quem se pode, no máximo, tomar posse e *domesticar*, no sentido de tornar doméstico, com o *jeito do dono*. É verdade, também, que a falta de permissividade, a inexistência de espaço



em minha prática clínica,  
comumente encontro na relação  
familiar com a criança adotiva  
dificuldades ligadas a preconceitos  
e aspectos estigmatizantes

para acolher as singularidades da criança não ocorrem somente com o(a) filho(a) adotivo. Há crianças às quais só resta ocupar o lugar de *molde*, conforme o que a família criou para elas.

Porém, em minha prática clínica, comumente encontro na relação familiar com a criança adotiva dificuldades ligadas a preconceitos e aspectos estigmatizantes. A família, com bastante frequência, imputa uma identidade à criança, dando-lhe a função de assemelhar-se a ela, transformando-a num emblema.

Tentativas para evitar tais problemas dão lugar a soluções próximas ao pensamento mágico a respeito de *como fazer*; verdadeiras *receitas* para que tudo dê certo, num evidente convite ao *prêt-à-porter*. Penso que talvez seja uma busca para mitigar a angústia e o sofrimento provocados pelo contato com o desamparo. Para nos defender da dor, acreditamos nos apropriar daquilo que pensamos buscando colocar o pensamento onde temos vontade (em geral, onde necessitamos). Isto nos dá a ilusão de domínio e controle.

As fórmulas, as receitas generalizadas de que lançamos mão para dissimular nossas incertezas são as formas que a *crença* utiliza para estabilizar um pouco certas representações da adoção, desconhecendo que cada situação demanda um único e particular olhar. O termo *crença*, aqui, tem o sentido, dado por Fabio Herrmann na Teoria dos Campos, de função que sustenta as representações de um indivíduo. Para o autor, “o homem está presente no mundo de duas maneiras diversas: há uma integração que cria mundo e homem – real ou desejo – conforme pareça operar a partir do exterior ou do interior da subjetividade. [...] A representa-

ção é a outra maneira de minha presença, em que já atua a *crença*”<sup>1</sup>.

A Teoria dos Campos concebe a função defensiva da representação, por analogia a um escudo, como uma superfície representacional com duas faces virtuais: uma interna, a superfície da identidade, e a outra externa, a realidade (o mundo que conhecemos) – como representações do real<sup>2</sup>. A *crença* age para manter um compromisso entre realidade e identidade, adequando uma a outra. Reassegurada a face externa, crê-se na realidade; reassegurada a face interna, crê-se na identidade. Quando há uma *crença*, por assim dizer, saudável, que na Teoria dos Campos chamamos de *crença modal*, ela exerce sua função sem muito esforço, de modo imperceptível. Nesse caso, as representações não implicam dúvida ou suspeita, simplesmente acreditamos no que pensamos e no que vemos. Quando fazemos algo sem qualquer tipo de *fé* ou alarde, podemos falar em *crença modal*. Penso na adoção como um exemplo específico da *crença modal*, quando o ato de adotar um filho equivale à certeza na existência da filiação simbólica. Esta seria a condição de investir afetivamente numa criança como filho ainda que esse não tenha nascido de si. A *crença* sustenta a possibilidade de a mulher sentir-se mãe de uma criança que, embora não tenha gerado, é *seu* filho ou filha sem nenhuma dúvida. Penso que, dessa forma, o ato de adotar toma, metaforicamente, a expressão da *crença modal* em seu *modus operandi*, a qual reassegura as representações de maternidade/paternidade.

A *fé* difere da *crença modal*. É tomada como uma doença da *crença*, porque sua função de sustentar as representações torna-se muito fraca, necessitando ser reforçada, de modo a ficar mais aparente: *grita* aos olhos e ouvidos. Ainda utilizando o exemplo anterior, seria como se esse mesmo casal, ao adotar uma criança, a todo o momento exigisse e esperasse, da parte

1 F. Herrmann, *Psicanálise da crença*, p. 36.

2 É assim que Herrmann trata o problema da representação no texto “O escudo de Aquiles: sobre a função defensiva da representação”, *op. cit.*, prólogo.

dela, comportamentos, atitudes e emoções que lhes garantissem e confirmassem o *lugar de pais* daquele filho. Nesse caso, é a *crença* que não se mostra suficiente, e as demonstrações são solicitadas pela necessidade de reassuramento. Quanto mais frágil for a função da crença, maior a dificuldade para examinar as situações por ângulos diferentes, particularizados, de forma singular. Segundo Fabio Herrmann, a crença aí se estabelece na forma de preconceito. A crença modal sustenta *indiferentemente* qualquer representação; na forma de preconceito, só a representação que lhe *convenha*. Apenas a lógica do preconceito serve de testemunho à realidade. O preconceituoso *sabe* das coisas, tem tanta certeza de sua *verdade*, que nos faz lembrar daquele epigrama de Oscar Wilde<sup>3</sup>: “A base do otimismo é o verdadeiro terror”. Tamanha é a *fé* do preconceituoso, que se autoriza a *lançar fogo* em tudo que for diferente de si.

Se usarmos a adoção como modelo, é possível notar como a crença toma a forma de fé. A situação de adoção denuncia o preconceito à medida que o olhar da sociedade dirigido aos adotados mostra-se generalizado: fica entre a compaixão e a curiosidade. Na maior parte das vezes, com um sentido depreciativo, estigmatizando-os por este adjetivo: *adotado*. Nota-se que, independentemente das inúmeras características que o indivíduo possua, sendo ele homem ou mulher, adulto ou criança, branco ou negro, pobre ou rico, sensível ou insensível, bonito ou feio, pacífico ou agressivo, casado ou solteiro, a pessoa será discriminada e designada pelo termo preconceituoso: *adotado*.

Entendo, assim, a adoção como zona de preconceito: um investimento grande da crença, para manter as zonas onde a superfície identitária é frágil. O preconceituoso tem uma visão de mundo que se divide entre representações convencionais e representações de ex-

o preconceituoso tem  
uma visão de mundo  
que se divide entre representações  
convencionais e representações  
de exceção às convencionais

ceção às convencionais. Só a sua concepção é acreditada como identidade, como um núcleo rígido de representações. As representações diferentes desse núcleo são desacreditadas como identidade, ficando de fora. Fabio Herrmann esclarece que na superfície representacional “de um lado, fica o sujeito desconfiado, suspeito, zelando por sua identidade extremada; de outro o acúmulo dos elementos negados, mas que se conservam a título de exceções”<sup>4</sup>. Na identidade extrema, cuja crença é muito exigida, o modo dominante de reassuramento é o preconceito tornando-a *território* vizinho, muito próxima mesmo, da identidade psicótica, para a qual só existem certezas; e as dúvidas e suspeitas são completamente abolidas.

O autor observa ainda que o “preconceito propõe a representação de uma idéia geral”<sup>5</sup>. Quando a representação é genérica, existe a tendência a fixar regras, “[...] é ao regime que cria essa zona de reconhecimento obrigatório, construída por meio de uma redução drástica de diferenças, que cabe o nome de moralidade”<sup>6</sup>. É nesse sentido que, ao considerar a adoção como zona de preconceito, afirmo que a criança adotada corre o risco de ter sua identidade *restringida*, pois, antes mesmo de poder expressar suas peculiaridades, está submetida à tendência a torná-la classificada e estereotipada. Dela é exigido incomensurável esforço, diante de tal ameaça de opressão, para que sua singularidade seja preservada. As representações da adoção, via de regra, constituem um repertório reduzido, categorizando e promovendo modelos e critérios definidos. Trata-se de representações preconceituosas, cuja base são experiências incompletas.

3 O. Wilde, *O retrato de Dorian Gray*, p. 95.

4 F. Herrmann, *op. cit.*, p. 138.

5 F. Herrmann, *op. cit.*, p. 91.

6 F. Herrmann, *Psicanálise do cotidiano*, p. 114.





“falar sobre adoção com a criança  
lhe confere um sentido  
de reconhecimento das marcas  
inscritas em seu inconsciente”

[Silvia Bleichmar]

Geralmente a adoção suscita nas pessoas um sentimento de *inclusão irrestrita* do adotado (por *dó* tudo é explicado e relevado), ou a outra face da mesma moeda, de *exclusão* (por intolerância às diferenças). Parece ser um terreno fértil para a lei do tudo ou nada. E aí encontramos dificuldades, pois com o desconhecimento da possibilidade de variedades subjetivas, de inumeráveis constituições possíveis, não há espaço para novas representações. J. Leon Crochick sugere que desconfiemos da segurança que pode prescindir da dúvida, porque “a ausência de hesitação colabora para a fixação do preconceito”<sup>7</sup>. O autor vê o preconceito como resposta aos conflitos existentes na luta pela sobrevivência, presente na adaptação do indivíduo ao processo cultural.

Investigando o tema da adoção na literatura psicanalítica, selecionei alguns autores, e respectivos recortes, para exemplificar modos pelos quais o assunto é tratado:

Françoise Dolto: “[...] Os pais adotivos só são pais sadios se sempre se apresentarem claramente como substitutos delegados direta ou indiretamente pela genitora”<sup>8</sup>.

Miriam Szejer: “[...] Ao não dizer nada à criança adotiva, mesmo com a intenção de evitar que sofra, a família pede à criança que se conforme a um modelo de criança que ela não é”<sup>9</sup>.

Silvia Bleichmar: “[...] falar sobre adoção com a criança lhe confere um sentido de reconhecimento das marcas inscritas em seu inconsciente”<sup>10</sup>.

Angel Garma: “[...] En el tratamiento de los niños adoptivos debemos tener en cuenta [...] la madre adoptante carece de las características de lo familiar”<sup>11</sup>.

Donald W. Winnicott: “[...] A adolescência das crianças adotadas não é igual à das outras crianças. [...] É absolutamente necessário que as crianças adotadas sejam informadas sobre os fatos da vida... as crianças adotadas precisam receber respostas completas e ser ajudadas a fazer perguntas certas”<sup>12</sup>.

As considerações acima, embora fundamentadas por inegável experiência, esbarram no infrutífero quando tomadas com a função de determinar a conduta ideal a ser seguida. Nesse caso, algumas se assemelhariam a receituários de prescrições médicas, com diferença de nuances apenas no tom imperativo. É fato que várias das sentenças citadas incluem o termo *deve* e sucedâneos como *é necessário*, *é imprescindível*, *é indispensável*, *é obrigatório*.

Em trabalhos acadêmicos consultados sobre o mesmo tema, é possível observar colocações um tanto quanto categóricas, em discursos que se voltam para o *como deve ser*, quase sempre deixando de lado a investigação do objeto considerado para passar diretamente a lições acerca de como proceder. Algumas dessas colocações dizem respeito a profecias quanto ao futuro da escolaridade da criança adotiva caso as *receitas* não sejam seguidas. São comuns comentários sobre dificuldades de a criança adotada adquirir conhecimentos, acompanhados pela convicção de que isso se deve ao *fato* de que o *ato de saber* remete a criança a angústias relativas à sua origem. Deparei com recomendações que sugerem data adequada para a *revelação*, sob pena de efeito traumático e deteriorante sobre o ego infantil, caso não seja observado o *período conveniente*: a latência. Esse é considerado o momento oportuno para a revelação porque então não se criam dificuldades para a elaboração do complexo de Édipo. Encontrei também, nos referidos tra-

7 J. L. Crochick, *Preconceito – indivíduo e cultura*, p. 11.

8 F. Dolto, *Os caminhos da educação*, p. 234.

9 M. Szejer, *A escuta psicanalítica de bebês em maternidade*.

10 S. Bleichmar, *A fundação do inconsciente: destinos de uma pulsão, destinos do sujeito*, p. 83.

11 A. Garma, *Más allá de la adopción*, p. 139.

12 D. W. Winnicott, *Pensando sobre crianças*, p. 133.

balhos, associação entre a criança ser adotada e apresentar hiperestesia. O sintoma decorreria de *marcas de rejeição* adquiridas na vida intra-uterina, capazes de produzir intensas angústias que só poderiam ser expressas por meio da ação motora. Assim, alguns trabalhos pressupõem que toda criança dada à adoção o fosse por *falta de amor*, ou que ao filho natural estivesse garantida a ausência de sentimentos de rejeição. Há, também, textos que abordam a probabilidade de que a criança adotiva tenha *perturbações nas relações de objeto*, devido à separação brusca e precoce da mãe natural. Esses, entre outros, parecem ser enunciados estereotipados, por vezes intolerantes e restritos, contendo *certo ar profético*. Ou seja, de acordo com o antes mencionado, não levam em conta as inúmeras questões e as singularidades contidas no processo.

Talvez pudéssemos dizer que a adoção, como zona de preconceito, diz respeito à sociedade moderna e contemporânea, uma vez que a história nos remete a horizontes bem diversos daquele que se tem hoje, ao se tratar de adoção. Na Antigüidade Clássica, especificamente no Império Romano, a adoção era muito comum e freqüente. Para se ter uma idéia, nenhum dos Césares teve por sucessor um filho legítimo. Foram todos sucedidos por seus filhos adotivos, embora alguns imperadores até tivessem filhos *varões*. Mas, não havia afinidades entre eles nem de caráter, nem de ideais de poder, nem de coragem bélica. É o caso de Júlio César, assassinado por Brutus – no caso não era filho legítimo – e que foi sucedido por Augustus, seu filho adotivo.

Ainda assim, outros imperadores após a era dos Césares tiveram sucessores legítimos e não legítimos. Utilizo exemplos de um período da história, em que a situação de adoção era usual, como recurso de distanciamento para refletir sobre a experiência de adoção na atualidade. Mas nada garante que o conhecimento do passado, a aquisição da cultura, no caso a respeito de outros sentidos da adoção, dê *flexibilidade aos espíritos* e um olhar complexo para essa situação, ainda assim tida como *incomum e desconhecida*.

»  
na maior parte das vezes,  
a simplificação e a generalização  
de experiências complexas  
estão relacionadas com dificuldades  
para apropriar-se da cultura

Na maior parte das vezes, a simplificação e a generalização de experiências complexas estão relacionadas com dificuldades para apropriar-se da cultura. Um meio de fazê-lo seria transformar o acesso à cultura em aliado *na reflexão do universal pelo particular*, conforme sugere Leon Crochick, compreensão que pode dar nova luz ao já estabelecido. Talvez até esclarecer idéias e situações que trazem tantas incertezas.

A identidade de uma pessoa se enriquece se, além das experiências individuais, ela for capaz de integrar em sua vida a cultura, a memória e o passado. O binômio experiência/conceito pode levar a diferentes perspectivas, ao considerar o que é único e próprio, sem eliminar o não sabido. Mas é provável que, diante da insegurança que o desconhecido traz, haja uma tentativa de manter o já vivido pronto, reconhecido. Esta forma de lidar com o inusitado contribui freqüentemente com movimentos reacionários e preconceituosos.

Já referi acima autores cujas colocações ficam na zona de preconceito que o tema da adoção evoca, passando por cima das situações particulares de cada caso. Aprisionam, assim, todos os envolvidos no *campo*, em que ninguém tem lugar para ser o que pode ser, e restringem as variedades de representações possíveis às determinações das análises feitas. Para dar mais um exemplo, alguns falam, de forma generalizada, das carências *afetivas*, de um modo tal que, como comenta Fabio Herrmann, “não deixa lugar à questão das carências *efetivas*, ou seja, de todo o complexo sistema de condições concretas do sujeito, do

meio familiar e da sociedade em geral que gera rendimentos emocionais distintos em crianças distintas”<sup>13</sup>.

É óbvio que, conforme suas condições psíquicas, os pais serão piores ou melhores, independentemente de serem adotivos ou não. Cabe lembrar também as palavras de Radmila Zygouris: “Nem todo acontecimento dramático é necessariamente traumático”<sup>14</sup>.

Além disso, ainda que haja patologia de relações familiares envolvendo adoções, essa só será passível de análise efetiva se nos colocarmos sem nenhuma conclusão *a priori*, de fora da

zona de preconceito. Distanciar-se desta me parece ser a possibilidade de considerar cada questão que surja a respeito de uma dada história de adoção, com todo o novo, o único e o desconhecido que a situação possa trazer. Quando o que sentimos se modifica, modificam-se também as nossas experiências.

Às pessoas envolvidas resta percorrer o caminho escolhido, sem qualquer certeza ou garantia obrigatória, com todos os riscos e injunções que o acaso semeia. O lugar de filho(a) vai se construindo na dinâmica e na riqueza das relações da vida familiar.

13 F. Herrmann, *op. cit.*, 1997, p. 108.

14 R. Zygouris, p. 229.

## 80 Referências bibliográficas

- Bleichmar S. (1994). *A fundação do inconsciente: destinos de uma pulsão, destinos do sujeito*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Crochick J. L. (1995). *Preconceito – indivíduo e cultura*. São Paulo: Robe.
- Dolto F. (1998). *Os caminhos da educação*. São Paulo: Martins Fontes.
- Garma A. (1985). *Más allá de la adopción*. Buenos Aires: Epsilon.
- Herrmann F. (1997). *Psicanálise do cotidiano*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- \_\_\_\_\_. (1998). *Psicanálise da crença*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Szejer M. (1999). *A escuta psicanalítica de bebês em maternidade*. Trad. Cláudia Berliner e M. Lúcia A. Gutierrez. São Paulo: ABREP – Casa do Psicólogo.
- Wilde O. (1972). *O retrato de Dorian Gray*. Trad. Oscar Mendes. Rio de Janeiro: Aguilar.
- Winnicott D. W. (1977). *Pensando sobre crianças*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Zygouris R. (1995). *Ah! As belas lições!*. Trad. Caterina Koltai. São Paulo: Escuta.

## Belief and prejudice

**Abstract** In this text, the theme of adoption is considered as a zone of preconceptions. It was possible to conclude that when the richness of the singularities involving the relations is ignored, the risk is run of, in effect, finding difficulties; be they with adopted children or with children born of their own parents. Finally, it is noted that the problems in cases of adoption, when they exist, will only be passive of elucidation outside of the zone of preconceptions.

**Key words** adoption; prejudice; belief.

Texto recebido: 11/2006

Aprovado: 2/2007